



A Comissão de Orçamento que se reuniu no Prodasen libera finalmente o relatório hoje

Comissão definirá orçamento hoje

O relator da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), disse ontem que encontrou a "solução adequada" para a rolagem da dívida dos Estados e Municípios, sem alterar a meta do Governo Federal de déficit público operacional da União de 0,1%, do Produto Interno Bruto (PIB), em 1989.

Ao contrário da véspera, o clima era ontem de tranqüilidade, no Congresso Nacional. No início da noite de ontem, Almir Gabriel concedeu entrevista à imprensa, ao lado do presidente da comissão de orçamento, deputado Cid Carvalho, e do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, para assegurar que, na manhã de hoje, finalmente, apresentará o seu relatório sobre a proposta orçamentária de 1989, com previsão de receita e despesas equilibradas de Cz\$ 11,23 trilhões.

Gabriel procurou manter em segredo a sua "solução" para que os Estados só paguem os serviços da dívida que correspondam à respectiva capacidade de pagar. Mas antecipou que o seu relatório mantém a previsão de ingresso de Cz\$ 550 bilhões, em valores de junho último, no orçamento das operações oficiais de crédito de 1989, porém, a receita não será apenas em cima de Estados e Municípios e sim diluída por subsídios, incentivos fiscais e até empresas estatais.

Em tom apaziguador, o relator da comissão mista de orçamento afirmou que abriu mão das suas convicções pessoais de que o déficit público não é o grande culpado pela crise econômica do país para aceitar as metas traçadas pelo governo Federal. "A minha opinião é a de que zerar déficit público não vai derrubar a inflação, mas no meu relatório vai aquilo que eu

acho e incorpora a opinião da maioria da sociedade que aceita o fim do déficit como salvação da Pátria" — disse Almir Gabriel.

Ontem, bem mais sereno, Cid Carvalho qualificou de insinuações o clima de confronto que, na véspera, ele ajudou a fomentar, entre Legislativo e o Executivo. O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, observou que o Congresso Nacional apenas atua de árbitro dos conflitos entre a União e os Estados, na questão da rolagem das dívidas estaduais e municipais. Almir Gabriel disse que a tensão de segunda-feira decorreu do fato do Executivo federal substituir uma mensagem que estava prestes a ser votada. Mas, segundo o relator da comissão de orçamento, tudo ficou tranqüilo, após o conhecimento da mensagem substituta, encaminhada na segunda, e que pouco modificava aquela que foi retirada.